

# RELATOS ORAIS E A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA NA “CARTILHA DO PATRIMÔNIO”- CENTRO HISTÓRICO INICIAL DE JOÃO PESSOA

Maria Ivonilde Mendonça Targino<sup>1</sup>

As ações para a efetivação de uma política de caráter educativo surgiram no IPHAEP, ainda na década de 1980, através da elaboração de um material sob a forma de cartilha didática<sup>2</sup>. Ao ser aplicado tal suporte de educação patrimonial, capaz de sensibilizar indivíduos e comunidades, deveria despertar uma *consciência de valor* (segundo a filosofia do órgão nacional à época), sempre em relação às diretrizes e ações da política de preservação do Patrimônio Cultural e às ações do órgão estatal, para a salvaguarda e proteção dos bens histórico-culturais locais. O IPHAEP procurou respaldar-se na concepção marioandradiana – *Defender o nosso patrimônio histórico e artístico é alfabetização* – afirmada pelo ideal de coletivização da cultura e na concepção dessacralizada do patrimônio, reafirmada pela própria expressão *alfabetização cultural*. Nessa experiência, o gestor da preservação no estado da Paraíba, assume então, como garantia de sua função social, a responsabilidade de estabelecer um diálogo, entre o poder público e a sociedade, capaz de possibilitar ao indivíduo uma compreensão de sua historicidade, de sua trajetória histórico-temporal.

A construção da concepção de patrimônio cultural tem adquirido um sentido de processo histórico e de memória social específico. No âmbito dos órgãos que tratam da preservação desse patrimônio percebe-se uma referência direta ou indireta ao passado como algo que é permanentemente construído a partir do presente. A importância da Memória e do Patrimônio reflete-se atualmente no interesse despertado na sociedade pelo *desvendamento* do passado através da representação de sua memória social – da qual o patrimônio é uma vertente – onde o ser social se revela atuante, não apenas como simples admirador, mas como partícipe num dos campos de disputa simbólica da sociedade – a Memória Social.

E, como ressalta Le Goff, compete "aos profissionais científicos da memória, antropólogos, historiadores, jornalistas, sociólogos, fazer da luta pela democratização da memória social, um dos imperativos prioritários da sua objetividade científica"<sup>3</sup>.

<sup>1</sup> Mestre em História, na área de concentração de Cultura Histórica pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB (2007). E-mail: mtargino@terra.com.br

<sup>2</sup> Uma primeira tentativa de efetivação da cartilha foi engavetada e, posteriormente, retomada, dando origem aos exemplares editados em 2002 e 2003 como suportes da metodologia de educação patrimonial, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba – IPHAEP. Ambas foram utilizadas como objeto de discussão central em pesquisa a nível de mestrado, de minha autoria defendida junto ao PPGH/CCHLA/UFPB, em Março de 2007, cuja dissertação intitula-se: “Uma experiência de Educação Patrimonial na cidade de João Pessoa: o processo de elaboração das Cartilhas do Patrimônio pelo IPHAEP (2002/2003), apresentada nos eventos: X Cidade Revelada – Encontro sobre Patrimônio Cultural – Itajaí/ Santa Catarina, Out./2007 e no XXIV Simpósio Nacional de História- ANPUH – São Leopoldo/ RS, Jul./2007.

<sup>3</sup> LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. São Paulo: Ed. UNICAMP, 1996, p. 477.

Considerando as dificuldades enfrentadas<sup>4</sup> a cada edição da *Cartilha do Patrimônio: Centro Histórico de João Pessoa*, a pesquisa procurou (re)construir o processo de sua elaboração/produção, atentando sempre para entender o texto em seu contexto com um olhar crítico, para tentar perceber interesses implícitos em seus critérios de elaboração, já que nenhum documento é neutro e carrega consigo a opinião de quem os produziu. A pesquisa não teve como pretensão coletar dados para aferir quantitativamente o alcance e eficácia da cartilha, operou-se o cruzamento das informações obtidas por meio da leitura e análise da documentação escrita com as memórias coletadas através da metodologia da história oral.

Para situar historicamente esse processo no âmbito das políticas públicas de preservação, e resgatá-lo, foi necessário o retorno ao arquivo do IPHAEP e, buscou-se também, além de fontes documentais escritas, a presença de pessoas portadoras de testemunhos orais ou *documentos vivos*, que serviram como fontes dos fatos acontecidos, com ênfase na história do tempo recente/presente.

Partindo-se da decisão de utilizar metodologicamente a *Cartilha do Patrimônio: Centro Histórico de João Pessoa* como fonte, procurando estabelecer sua conexão com o fazer didático (Escola) e sua relação interinstitucional (IPHAN/IPHAEP), pensou-se na captação da fonte oral através da forma mais difundida e mais utilizada de coleta de dados orais – a entrevista – a qual se realiza basicamente em um processo de conversação entre o pesquisador e o narrador. Nesse estágio da pesquisa foi decisiva a contribuição da metodologia da história oral que garantiu a construção da historicidade e das memórias que permeiam o processo de elaboração das duas edições da *Cartilha do Patrimônio: Centro Histórico de João Pessoa*.

Sabe-se que a História Oral, por sua vez, caracteriza-se como metodologia interdisciplinar de pesquisa basicamente apoiada na Memória. E a Memória "é sempre uma reconstrução, evocando um passado visto pela perspectiva do presente e marcado pelo social, presente a questão da memória individual e da memória coletiva"<sup>5</sup>, justamente porque, "a testemunha reconstrói o passado à sua maneira e em função do presente ao relatar a sua percepção do que vivenciou no passado"<sup>6</sup>. Esse processo possibilita resgatar repensar e reconstruir o passado sob um olhar atualizado, cuja peculiaridade "decorre de toda uma postura com relação à história e às configurações sócio-culturais, que privilegia a recuperação do vivido conforme concebido por quem viveu"<sup>7</sup>.

De acordo com Chaveau e Tétard, é indispensável refletir quanto à presença do historiador em seu tempo, porque esta presença que se faz direta ou indireta no tempo, presença intelectual, moral, filosófica e, até mesmo psicológica e física<sup>8</sup>, exige do historiador do presente uma atitude perante esses procedimentos empíricos. A

---

<sup>4</sup> Para tiragem da primeira edição da "Cartilha do Patrimônio", em 2002, havia uma estimativa de 500 exemplares em cópias xerográficas, só completadas em várias etapas. A segunda edição, em 2003, foi de apenas 2.000 exemplares feitos pela Reprografia da SEC/PB, insuficientes a eficiência integral da aplicação, adaptação, adequação e manuseio segundo a proposta do projeto.

<sup>5</sup> HALBWACHS, Maurice. *La Mémoire Collective*. Paris: PUF, 1968.

<sup>6</sup> THOMPSON, Paul. *A Voz do Passado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

<sup>7</sup> ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. 2ªed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 23

<sup>8</sup> CHAVEAU, A. TÉTARD, P. (org.). *Questões para a História do Presente*. Bauru: EDUSC, 1999, p.30-32,36.

esse respeito adverte os historiadores a abstrair-se da ideologia e da subjetividade, lembrando-lhes que a epistemologia da história do presente consiste em interrogar a história, propondo-lhe novos dados; com esse procedimento, o historiador ampliará as potencialidades de explicitação e sugestão na prática empírica.

No caso específico desta pesquisa os procedimentos metodológicos envolveram os diversos recortes da história oral, desde a escolha dos sujeitos até a coleta dos depoimentos, por meio de entrevistas semi-estruturadas, tendo em vista uma abordagem objetivo-comparativo com apoio em roteiros previamente organizados para atingir as discussões e reflexões pretendidas pela pesquisa. Esses roteiros revestiram-se da dupla função de sintetizar as questões até então levantadas nesse estudo e, ao mesmo tempo, orientar suas atividades subseqüentes. A seleção dos entrevistados gerou a elaboração de diferentes roteiros para as entrevistas, voltadas para dois grupos diferenciados de depoentes.

Parte dos entrevistados foi escolhida entre os técnicos do IPHAEP, algumas dessas pessoas ainda em atividade e também aquelas que, excluídas do quadro institucional, ainda desempenham atividades correlatas à preservação sendo, portanto, portadoras de opiniões sobre o assunto pesquisado. Outra categoria de entrevistados compõe-se de educadores – professores, diretores e/ou administradores de escolas que foram alvo do trabalho de Educação Patrimonial baseado na “Cartilha do Patrimônio: *Centro Histórico de João Pessoa*”. Foi entrevistado ainda, um professor da categoria *pro-tempore*, com exercício na supervisão escolar e representante da comunidade inserida na área de preservação rigorosa, incluída nas atividades de aplicação e recepção da citada Cartilha, além de professores atuantes na rede particular de ensino da cidade, identificados com as ações básicas de educação patrimonial. Todos os entrevistados permitiram que suas identidades fossem reveladas, por isso seus nomes não permanece oculto ao longo do texto, como o leitor pode observar no QUADRO de distribuição dos roteiros das entrevistas, apresentado no final.

Fizeram-se, portanto, entrevistas semi-estruturadas e temáticas<sup>9</sup> para resgatar ainda que parcialmente, a história e as memórias do processo de produção / elaboração dessas cartilhas, obtendo-se novos dados para subsidiar respostas às questões que permeiam a temática da educação patrimonial.

Foi muito gratificante participar de todas as etapas desse processo de entrevistas, desde a seleção, a partir da escolha e do contato com os entrevistados e da participação na relação entrevistado-pesquisador/entrevistador. No desempenho das funções de *copidesque*, enquanto trabalhava sobre o texto transcrito, sempre houve a preocupação da fidelidade, da ética e da inteligibilidade das entrevistas. Como essas tarefas foram executadas sem nenhum treinamento, as falhas são reconhecidas com responsabilidade, pelo pesquisador/entrevistador.

Observou-se na reprodução dos depoimentos, repercussão e entraves, assim como, procurou-se estabelecer comparações entre as fontes escritas oficiais,

---

<sup>9</sup> Esse tipo de entrevista permite que os relatos se atenham à temática central e que os detalhes da vivência do entrevistado sejam considerados à medida que se vinculam ao assunto em estudo. Todas as entrevistas foram gravadas em CD-R contendo os arquivos sonoros para acesso direto, escuta para consulta, e os textos transcritos das entrevistas realizadas no contexto desta pesquisa, encontram-se sob a guarda do pesquisador/entrevistador.

tentando elucidar as questões do objeto de estudo e pensar o passado sob um olhar atualizado, sustentado em experiências do presente, expressando a própria dinâmica do objeto da pesquisa. A interação a partir do diálogo entre o pesquisador e os entrevistados no processamento dessa fonte de memória foi conteúdo fundamental para a riqueza e singularidade dos depoimentos obtidos através das entrevistas consideradas como o "*cerne do trabalho com a história oral, onde a investigação e a prática científicas se aliam e produzem resultados*"<sup>10</sup> e caracterizam-se como um tipo de experiência basicamente apoiada na Memória.

Para Halbwachs, um pioneiro na análise dos aspectos sociais da memória, "*a memória coletiva é aquela que envolve as memórias individuais, mas não se confunde com elas, permanece apoiada em uma história vivida por indivíduos no grupo ou nos grupos sociais a que pertence*"<sup>11</sup>. As memórias individuais ao penetrarem nas memórias coletivas, sofrem mudanças, porque são recolocadas em um conjunto mais amplo. Dessa forma, a memória coletiva, para sobreviver, deveria ser reconstruída em um fundamento comum e concordando permanentemente com a memória dos demais indivíduos, com apoio nos pontos de contato entre uma e as outras. O afastamento ou a discordância entre esses pontos comuns originam, por sua vez, o esquecimento. Em resumo, significa dizer – ser a memória coletiva uma corrente do pensamento contínuo que reteria do passado somente aquilo que permanecesse vivo na consciência do grupo. Le Goff, por sua vez, ao considerar que a memória coletiva é constituída por lembranças e esquecimentos, admite estar a mesma, a mercê de manipulações exercidas por diferentes classes e grupos, sempre em disputas pela dominação do que deve ser lembrado e esquecido, então, passa a Memória a revestir-se como objeto e instrumento de poder a ser conquistado e, portanto objeto e instrumento também de disputas, entre os diferentes grupos ou classes<sup>12</sup>. Nesse sentido, Pollak afirma que o processo de construção da memória coletiva seria uma forma de manutenção da coesão de grupos e instituições e, também que isto só vem a reforçar sentimentos de pertença e fronteiras sociais entre distintos grupos, dentro da sociedade, reforçando por sua vez, a presença de memórias transmitidas de maneira informal, quer através do silêncio ou dos "*não ditos*", por ele denominados de "*memórias subterrâneas*", sempre ligadas a grupos subjugados pela memória coletiva "*oficial*" de uma sociedade majoritária ou do Estado<sup>13</sup>.

A história oral, metodologicamente, tem uma natureza específica e a sua utilização como uma forma de recuperação do passado é fundamental para a relevância da investigação que se pretende. A memória, pela própria seletividade que lhe é peculiar, na prática, demonstra que os depoentes consciente ou inconscientemente, são desviados dos assuntos pertinentes à pesquisa, ora para aprofundá-los, ora para *silenciar* determinados aspectos do diálogo ou da discussão. Se, o que caracteriza a história oral é justamente o fato de o depoente reconstruir o passado à sua maneira e em função do seu presente, relatando sua percepção do que viveu, esse processo

---

<sup>10</sup> ALBERTI, V. *Op. Cit.*, p. 79.

<sup>11</sup> HALBWACHS, M. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice/ Revista dos Tribunais, 1990, p. 34.

<sup>12</sup> LE GOFF, J. *História e Memória*, p. 426.

<sup>13</sup> POLLAK, M. *Memória, esquecimento, silêncio*. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, CPDOC, n. 3, 1989.

de resgate possibilita repensar e reconstruir o passado do objeto dessa pesquisa, sob um olhar atualizado, sustentado em experiências do presente, expressando a dinâmica de construção do próprio sujeito individual ou coletivo.

Vale salientar, também, que a história oral não se limita à possibilidade de apenas comparar ou desmentir idéias e acontecimentos estabelecidos. Trata-se, sobretudo, do registro de como uma pessoa analisa sua experiência, o que seleciona e como ordena as ênfases, as pausas (silêncios) e os esquecimentos. Dessa maneira, a forma de organização da narrativa dos próprios relatos orais obtidos nas entrevistas, contém informações e poderá transformar-se em outro elemento de análise.

Segundo Thompson, ser bem sucedido ao entrevistar exige habilidade – o bom entrevistador acaba por produzir uma variedade do método que lhe garanta melhores resultados e se adéqüe à sua personalidade. O autor destaca ainda, como qualidades essenciais do entrevistador bem sucedido, o interesse e respeito pelos outros, como pessoas e flexibilidade nas reações em relação a eles; capacidade de demonstrar compreensão e simpatia pela opinião deles; e acima de tudo disposição para ficar calado e escutar<sup>14</sup>.

Ambas as edições da Cartilha usaram o slogan: *Conhecer para preservar, preservar para conhecer* - herdado do projeto original arquivado, durante muitos anos, sob a forma de texto ressaltando em seu conteúdo a necessidade do despertar de uma consciência preservacionista a respeito da salvaguarda do acervo patrimonial, daquele *sítio histórico*<sup>15</sup>, no âmbito local e regional por parte da sociedade, como pressupostos defendidos pelas diretrizes da política de preservação nacional, para obtenção de uma gestão integrada do patrimônio sustentável.

A partir dessas colocações, faz-se necessário, destacar que no processo de elaboração desse material suporte de Educação Patrimonial, configurou-se a exploração desses objetivos, através do contexto da conexão da instituição estadual (IPHAEP) com o espaço didático (Escola), por meio de atividades pedagógicas de ensino/aprendizagem, envolvendo nesse processo de produção tanto as mediações entre professor e aluno como, também, outro tipo de relação, a institucional: IPHAN X IPHAEP, subentendida no enfoque dado à Delimitação do Centro Histórico X Educação Patrimonial.

Ao utilizar esse documento como fonte, metodologicamente, a intenção foi estabelecer a conexão desse material educativo com o fazer didático, para tentar responder à questão: Como o IPHAEP chegou às escolas? Nessa conexão é identificada outra relação: entre a Delimitação Centro Histórico e a Educação Patrimonial e, percebe-se ainda, que esta subentende a relação institucional IPHAN e IPHAEP. Nesse sentido, ao trabalhar o contexto dessa conexão para produzir o texto, foi possível obter-se a narrativa dessa experiência de Educação Patrimonial

---

<sup>14</sup> THOMPSON, A *Voz...*, p. 254.

<sup>15</sup> A respeito da área considerada como sítio histórico da cidade de João Pessoa, sua transformação urbana e seu processo de desenvolvimento, sempre relacionado às diretrizes de preservação da área delimitada em 1982, foi oficialmente denominada de Centro Histórico Inicial da Cidade de João Pessoa. Essa área é um precioso conjunto urbano do país, possuindo um acervo patrimonial de valor singular e significativo no cenário nacional, incluindo edificações isoladas, conjuntos arquitetônicos homogêneos e áreas verdes, atualmente reconhecidos pelo IPHAN como patrimônio brasileiro.

e, resposta para vários questionamentos suscitados pelo fato do material de suporte ter-se utilizado do patrimônio histórico-cultural da cidade de João Pessoa, tão bem identificado pelas políticas públicas de preservação, porém, tão pouco preservado e muito menos, ainda, reconhecido pela comunidade. Toma-se então consciência da ausência de ações e diretrizes sistemáticas e contínuas, que quando muito, foram tardiamente adotadas para promover esse reconhecimento e a sua conseqüente apropriação pela comunidade.

Nesse contexto busca-se responder a vários questionamentos levantados sobre o universo de sua aplicação, centrados em alguns pontos-chaves: Qual a utilização atual dessa Cartilha? Ela continua sendo distribuída ou existe outro material em substituição? Houve, enfim, continuidade ou descontinuidade nesse suporte operacional da Educação Patrimonial?

Para os gestores das políticas públicas de preservação, desafio é o de, através da adoção efetiva e da aplicação dessa metodologia de educação patrimonial de forma sistemática e contínua, mediada pelo espaço escolar, estabelecer parceria com a comunidade para que ela possa assumir o papel de co-gestora na preservação do patrimônio e garantir, sem dúvida, a sustentabilidade desses bens patrimoniais.

Na discussão envolvendo a história e as memórias que se entrelaçam no processo de (re) construção dessa experiência, viu-se que ela se distingue como uma iniciativa pioneira, mesmo considerando-se sua descontinuidade. A pesquisa indicou que não se pode deixar de reconhecer que a Educação Patrimonial configura-se como elemento fundamental a ser incorporado hoje e sempre às políticas públicas de preservação. Destaca-se não apenas, como atividade paralela para as comunidades através, como por exemplo, da aplicação de projetos para implantação de museus, arquivos ou bibliotecas locais, mas também, como prática que deve atentar para a produção de um conhecimento específico, de cunho científico, capaz de impulsionar essas comunidades à criação de uma identidade coletiva ou individual, sem desconsiderar sua dimensão social, democrática, participativa. Assim, torna-se fundamental levar em consideração a idéia/princípio da gestão sustentável.

A idéia de sustentabilidade que tem perpassado recentemente as discussões relativas à educação patrimonial, não se mantém sem um conjunto de ações políticas que estabeleçam princípios básicos a ser respeitados: "*o conhecer, o conviver, o gostar para poder valorizar, respeitar e se identificar com o patrimônio*"<sup>16</sup>, tão bem lembrados nos relatos de alguns depoentes, respeitando-se dessa forma, a idéia de educar para a cidadania<sup>17</sup>. Essa idéia de cidadania deveria, portanto, semear um conjunto de valores que se realizem respeitando-se a diversidade cultural e étnica, que devem ser acordados como o único caminho que se oferece nessas ações educativas para a sua compreensão adequada, como nos indica Machado<sup>18</sup>.

---

<sup>16</sup> Entrevista concedida a autora da pesquisa em 28/11/2006.

<sup>17</sup> Educar para a Cidadania aqui será entendida, no sentido de prover os indivíduos de instrumentos para a plena realização desta participação motivada e competente, desta simbiose entre interesses pessoais e sociais relativos ao destino de toda coletividade, conforme defendida por Machado.

<sup>18</sup> MACHADO, Nilson José. *Cidadania e Educação*. 4ªed. São Paulo: Escrituras Editora, 2002. (Coleção Ensaio Transversais), p. 106-108.

Conforme Magaldi<sup>19</sup>, no exercício da cidadania cultural, a conservação do patrimônio histórico deverá pautar-se em um binômio indissociável: identidade cultural e qualidade de vida. Esta identidade cultural, que tem como elemento fundante a memória individual e coletiva, por sua vez, é elemento essencial para a construção da cidadania cultural, da qual faz parte integral o direito à memória histórica, segundo Rouanet<sup>20</sup>.

A partir dessas colocações, a maneira de promover a educação patrimonial seria a inclusão de conhecimentos alusivos à história local e à preservação dos bens patrimoniais de uma determinada coletividade na grade escolar, como referencial de identidade cultural. Esta orientação pôde constatar-se na experiência relatada nesta pesquisa, a respeito da preservação do *sítio histórico*, vivenciada por técnicos do IPHAEP e/ou membros das instituições escolares por meio da disciplina de História, articulada aos currículos escolares do ensino fundamental e médio, na linha da transdisciplinaridade sugerida pelo sistema educacional. Muito embora essa experiência tenha sido idealizada na vigência da antiga Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei N. 5 692/71<sup>21</sup>, essa não pode ser totalmente desconsiderada, uma vez que continha uma proposta experimental cujo propósito era o de *alfabetizar* – despertar a *consciência preservacionista*, a *consciência histórica* com a intermediação da escola. Mesmo que a 1ª edição da cartilha só tenha *vingado* 20 anos depois de delimitado o Centro Histórico da Cidade de João Pessoa, o projeto atuou como um instrumento, como um suporte educativo para promoção e preservação daquela área e mesmo em diversos outros contextos locais no Estado da Paraíba. Chegou a servir como incentivo e modelo de ação preservacionista, segundo informações colhidas por esta pesquisa, por meio de relatos dos depoentes envolvidos na experiência estudada, que tomou como estratégia de ensino-aprendizagem, a abordagem dos bens culturais locais em seu contexto sócio-cultural, integrando educando e educador, como sujeitos nesse processo.

Convém ressaltar ainda que, mesmo considerando-se as falhas e as omissões em sua produção, essa cartilha revelou-se como um aprendizado útil e válido, pois se pôde demonstrar que a educação patrimonial com apoio de material didático específico é factível, desperta interesse e traz resultados, conforme evidenciado na pesquisa. Sua aplicação foi restrita, limitada por dificuldades de ordem administrativa, falhas técnicas e pela escassez de recursos humanos, porém isso não impede que o material produzido e a experiência metodológica continuem disponíveis a adaptações para seu reaproveitamento e aplicabilidade.

---

<sup>19</sup> MAGALDI, Cássia. *O Público e o privado: propriedade e interesse cultural*. In: São Paulo (Cidade). SEC. Municipal de Cultura/DPH. *O Direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: DPH, 1992, p. 23.

<sup>20</sup> ROUANET, Sérgio Paulo. *Política Cultural: novas perspectivas*. In: ALMEIDA, Cândido José Mendes de. *Marketing Cultural ao Vivo: depoimentos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992, p. 83.

<sup>21</sup> Com vigência a partir de 11 de agosto de 1971, em substituição a primeira LDB brasileira – a Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Essa nova LDB fixou as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º Graus em articulação com o ensino superior. Por essa Lei 5.692/71, o ensino de 1º Grau com duração de 8 anos, destinado a faixa etária dos 7 aos 14 anos, correspondendo aos antigos cursos: primário e o ginásial, enquanto o 2º Grau, responsável pela cultural geral e habilitação profissional obrigatória dos educandos, era ministrado a partir dos 14 anos, substituindo os cursos: magistério, clássico e científico.

Ao estender a política de preservação em nível comunitário, o IPHAEP buscava conduzir a sociedade à reflexão sobre as questões que envolvem a preservação dos bens culturais e, ao mesmo tempo, acionava e sensibilizava o poder público a usar a escola como agente de Educação Patrimonial. Acreditava-se que desta forma estaria estimulando o engajamento de seu público alvo, crianças e adolescentes, na árdua tarefa da preservação do patrimônio cultural, contando com os professores como mediadores nesse processo de ensino-aprendizagem.

Especificamente no caso do IPHAEP, considerando que a preservação do patrimônio histórico-cultural, deva exprimir a mensagem da experiência histórica, e, para isto deva contar também com a conscientização coletiva como forte aliada, houve a preocupação em se desenvolver, em 2003, um Programa de Educação Patrimonial<sup>22</sup> "*objetivando despertar na comunidade uma maior responsabilidade na defesa deste patrimônio*"<sup>23</sup>, cujos critérios, assegurariam os conhecimentos indispensáveis à identificação e valorização dos bens histórico-culturais e naturais. Isso revela, explicitamente, sua preocupação com relação à adoção de ações de caráter educativo, à semelhança daquelas adotadas pelo IPHAN, na esfera federal, associando-as a outras medidas de difusão, sempre em colaboração com a comunidade. Visando à promoção e à proteção desse acervo patrimonial como herança às futuras gerações, prevê sua capacitação para analisar e defender o bem cultural, o monumento, apreendendo-o como documento histórico-cultural digno de preservação, abrindo conexão com a escola por meio de um suporte específico de educação patrimonial, materializado pela Cartilha do Patrimônio, como se verá a seguir.

Uma vez escolhidas as escolas<sup>24</sup> em que atuaria o projeto, os professores selecionados entre as disciplinas de Educação Artística e Estudos Sociais, História e Geografia, Comunicação e Expressão – já inseridos como profissionais, na 1ª Região de Ensino - CRED – atuariam como "*agentes multiplicadores da preservação*"<sup>25</sup>.

Para tanto, estabeleceu-se um cronograma de visitas definindo *as prioridades por bairros*, o que ajudou os técnicos envolvidos no projeto a selecionarem algumas

---

<sup>22</sup> Esse Projeto foi elaborado logo após a publicação da 2ª edição da Cartilha do Patrimônio, cujo plano de execução passou a ser recomendado através de documento interno sob a forma de Memorando, com o n. 0003/IPHAEP/2003.

<sup>23</sup> Cf. Programa de Educação Patrimonial, IPHAEP, 2003.

<sup>24</sup> De acordo com o Programa de Educação Patrimonial, as escolas foram selecionadas obedecendo-se ao critério das Regiões de Ensino. Foram contempladas escolas sediadas em João Pessoa, da 1ª Regional, caracterizada por sua amplitude e abrangência geográfica.

<sup>25</sup> As Regiões de Ensino, à época da elaboração desse projeto, apresentavam-se divididas em 12 regionais sediadas em vários municípios do Estado da Paraíba: 1ª Regional, em João Pessoa; 2ª Regional, em Guarabira; 3ª Regional, em Campina Grande; 4ª Regional, em Cuité; 5ª Regional, em Monteiro; 6ª Regional, em Patos; 7ª Regional, em Itaporanga; 8ª Regional, em Catolé do Rocha; 9ª Regional, em Cajazeiras; 10ª Regional, em Sousa; 11ª Regional, em Princesa Isabel e 12ª Regional, em Itabaiana.



unidades escolares<sup>26</sup> dispostas no entorno do Centro Histórico da cidade. Essa opção deveu-se, principalmente, a limitações de transporte e de pessoal disponível para o desempenho das atividades da instituição, tanto as de caráter interno quanto externo.

Inicialmente, a atuação dar-se-ia com a presença de representantes do corpo técnico do IPHAEP, associada à participação em palestras, exposições ou explanações técnicas sobre temas referentes à identidade, ação, *memória histórico-cultural paraibana*. Dessa forma, essa nova experiência educacional asseguraria ao professor a oportunidade de vivenciar com o alunado uma atividade pedagógica inédita, associando-se o conhecimento da preservação dos bens patrimoniais locais à transmissão de conhecimentos técnicos e práticos sobre a importância da história local dos diferentes municípios – mais tarde envolvidos no processo – valorizando sua diversidade cultural. O projeto, por sua vez, estava associado à produção de material informativo como a “Cartilha do Patrimônio - *Centro Histórico de João Pessoa*”, utilizada como suporte e estratégia dessa pioneira atividade de ensino/aprendizagem. Sua elaboração teve o propósito de conscientizar a sociedade para a valorização dos bens histórico-culturais existentes naquela área da cidade, integrante do acervo patrimonial paraibano.

Com relação ao conteúdo programático, convém lembrar que se previa como recursos didáticos, além da Cartilha – com o slogan *Conhecer para Preservar, Preservar para Conhecer* – um áudio visual (VHS), Documentário – Paraíba, de Alex Santos, a *plaquete* comemorativa – IPHAEP 30 Anos (Boletim informativo das ações do Órgão) e referências bibliográficas indicativas de algumas obras fundamentais para conhecimento a respeito da História da Paraíba. Esses recursos seriam capazes de oferecer suporte aos professores e alunos no desempenho da nova experiência educativa, tanto no manejo do material didático da Cartilha como para o desenvolvimento de aplicação das atividades sugeridas pelo projeto para o desempenho da metodologia de educação patrimonial, conforme distribuídas no item 9, desse Programa como sugestões de manejo do material da Cartilha, por intermédio dos professores:

- *Como fonte de informação básica, capaz de despertar a criatividade pedagógica.*
- *Para leitura atenta e crítica, adaptando-a ao nível da turma.*
- *Para estabelecer temas que devem ser explorados.*
- *Para despertar o interesse pela história local, partindo da visão, que ela sirva de suporte para a compreensão do processo histórico, e também,*
- *Como subsídio para realização de novas pesquisas e discussões sobre o tema.*

---

<sup>26</sup> Conforme cronograma elaborado com base em mapeamento subsidiado pela 1ª Região de Ensino – CRED, as escolas escolhidas estavam inseridas na área geográfica do Varadouro, Roger, Tambiá e Centro, todas próximas ao Centro Histórico: dessas escolas, apenas na Escola de Ensino Fundamental Padre João Félix, inserida na comunidade do Porto do Capim, chegou a ser iniciado o projeto de Educação Patrimonial, muito embora, outras escolas da 1ª Regional já tivessem sido visitadas pelos técnicos de preservação para divulgação do material a ser utilizado como recurso didático, além da Cartilha.

*E para os estudantes sugere como atividades:*

- *Leitura atenta e crítica do texto, capaz de permitir bom desempenho na solução das questões do teste apresentado no final da Cartilha, com orientação do professor adequando-a à série cursada;*
- *Realização das sugestões de atividades propostas pelos professores;*
- *Realização de resumos, análises e sínteses;*
- *Realização de pesquisas baseadas no conteúdo da Cartilha, mapas, glossário e bibliografia, apresentados como recursos didáticos.*<sup>27</sup>

No processo de construção da história e das memórias das duas edições da Cartilha do Patrimônio constatou-se na realização das entrevistas com os técnicos vinculados ou não ao IPHAEP, que seus depoimentos suscitaram questões pertinentes ao processo de elaboração das cartilhas, consolidando o sentido de pertencimento ao grupo e à causa da preservação. Entre aqueles depoentes vinculados às instituições educacionais, em especial às escolas da rede privada de ensino, foram relatadas atividades pedagógicas suscitadas a partir do reconhecimento da utilidade da cartilha como suporte educativo, que serviram de base de dados para análise do conteúdo desse instrumento de educação patrimonial.

Analisar as relações entre os protagonistas dessa história do processo de elaboração das duas edições da “Cartilha do Patrimônio: Centro Histórico de João Pessoa é buscar interpretar o sentido, o significado da experiência em educação patrimonial, reconhecendo a participação individualizada de cada um dos personagens, pela relevância dada ao contexto institucional, tema e objeto da pesquisa, e que permitiu compreender o sentido de pertencimento naquele processo, de forma distinta e diferenciada, quer pela concentração dos relatos, sempre em sintonia com as diretrizes das ações de políticas públicas de preservação estadual, quer através da própria integração da equipe no processo. Muitas dessas mensagens que permeiam os relatos dos entrevistados tornam-se indispensáveis, e devem ser aqui reproduzidas em seqüência, como por exemplo, as de Piedade Farias, Carlos Azevedo e Jussara Bioca<sup>28</sup>:

*Eu não vejo outra ação que... Não, eu quero dizer assim: Eu não vejo uma concretização de uma ação absoluta de preservação sem uma educação patrimonial, porque o patrimônio é do povo. O povo precisa conhecer por que é que aquele monumento é patrimônio dele O que é que faz aquele... Ou como é que a história dele está ligada aquele patrimônio. Como é que a história daquela pessoa se liga a daquele monumento. E gostar, gostar. Conhecer, gostar é fundamental para preservar! Quando a gente não gosta, a gente faz como hoje em dia – essas pessoas que não têm educação, nenhuma educação patrimonial - picham os monumentos - é uma ação de descaso tão grande com o seu patrimônio, difícil valorização!*

<sup>27</sup> IPHAEP. Boletim Informativo. IPHAEP/ Curso de Comunicação/ UFPB, João Pessoa, 1981.

<sup>28</sup> Entrevistas concedidas pelos referidos depoentes à autora da pesquisa em Novembro de 2006.

*Para mim foi uma experiência singular! Eu acho que a Cartilha é um universo, vai possibilitar várias ações educativas....*

*Para você educar, para passar uma mensagem, fornecer uma mensagem, fornecer um conteúdo a outra pessoa. Você pode adotar vários instrumentos não é? A oratória, um bate papo, uma palestra, é um instrumento! A imagem, um vídeo, um filme educativo, não é? Uma revista em quadrinhos, uma publicação, um livro, Não é? Uma peça de teatro pode dar uma abertura, um conteúdo para essas pessoas, dessa formação em especial. No caso do patrimônio, você tem diversos... Vamos dizer assim, focos pra educar não é? No caso você tem cartilhas para orientar o proprietário de um imóvel em um Centro Histórico. Como ele proceder, etc. Temos exemplos de cartilhas adotadas em várias cidades. Eu vou citar o exemplo da Cartilha adotada em Olinda. Não é? Que não tem o nome de Cartilha, mas tem o nome de Manual. Mas, é como fazer, como entender a importância! O conteúdo desse instrumento quer manual, quer cartilha, quer vídeo explicativo, quer programa de rádio, palestra no rádio, o instrumento pode variar, mas, a informação é sempre a mesma, não é? A informação é divulgação e, entendimento do que é esse patrimônio, da relação cultural para que deva ser preservado, esclarecer isso para a população, quer seja uma criança ou um adulto para que você alcance seu objetivo, para fazer o ouvinte ou leitor entender o valor do patrimônio e assim ele assimilar o que deve preservar. Então, instrumento cartilha, manual, vídeo, o importante é que seja ensinado. Agora, o fato de ser cartilha... Como disse a pouco, né? É como a idéia do alfabetizar.*

Apesar de todos os depoentes experienciarem essas ações educativas, no IPHAEP, lamentam a não continuidade desse projeto, alimentando um desejo implícito de seu retorno como estímulo profissional, talvez, para que a própria instituição posicione-se como pioneira, buscando a retomada dessa conexão com o espaço escolar, ou que busque alcançar outro sonho, *independentemente do discurso ideológico, negador dos sonhos e das utopias*, fortalecidos pela possível certeza de sua realização, respaldados na advertência e no consolo da premissa freiriana: "*Se não posso, de um lado estimular os sonhos impossíveis, não devo, de outro, negar a quem sonha o direito de sonhar*"<sup>29</sup>.

Ao compartilhar, desse direito de sonhar alicerçado em perspectivas promissoras, para o desenvolvimento da pesquisa e do ensino de História, vislumbram-se possibilidades de inserção da Educação Patrimonial dentro da escola como política pública de ensino, considerando-se sua importância na formação da cidadania, através da complementaridade entre as disciplinas programáticas nos currículos escolares do ensino fundamental e médio, além da sua inclusão em atividades extracurriculares e extraclases.

Nesse sentido, pretende-se que ela possa responder à enfática reivindicação de

---

<sup>29</sup> FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 24ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996 (Coleção Leitura), p. 163.

valorização não apenas do bem material, patrimônio histórico-cultural construído ou edificado, mas que volte sua atenção para o intangível, para o bem imaterial. Assim, espera-se que, com a opção pela inclusão de elementos representativos plurais da diversidade cultural nas políticas públicas de preservação, seja possível atingir diversos segmentos da sociedade local nesse processo educacional.

Percebe-se nesses relatos a viabilidade de um trabalho mais integrado e interativo entre o IPHAEP e a(s) comunidade(s), contribuindo para a adoção de uma pedagogia de ensino, "*centrado no Patrimônio Cultural, como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo*"<sup>30</sup>. Isto deve ser capaz de possibilitar ações contínuas e sistemáticas de valorização e apropriação desse acervo patrimonial pela(s) comunidade(s), sempre com a mediação da escola e não apenas em metodologias esporádicas de educação patrimonial isoladas do espaço didático e o institucional.

Nessa perspectiva, entende-se que o Programa de Educação Patrimonial parcialmente aplicado pelo IPHAEP, em 2003, teve seu objetivo específico centrado nas sugestões apresentadas para o Manejo da Cartilha como suporte de Educação Patrimonial, por intermédio dos professores. É possível, ainda, encontrá-lo implícito nas sugestões de atividades apresentadas para desempenho dos alunos, no processo ensino/aprendizagem. Isto, de certa forma, foi vivenciado em sala de aula, e pode ser apreendido nos relatos da prof<sup>a</sup> Marise Ritondale,<sup>31</sup> que lembra:

*[...] E a Diretora chegou para mim com essa cartilha. Aí eu disse: Meu Deus, nada acontece por acaso! Essa cartilha veio no momento certo! E as crianças gostam de novidade! Então, e a partir daí eu vi que era o material que necessitava naquele momento! Então surgiu a idéia de a gente fazer uma aula-passeio, para vivenciar o que tinha visto na cartilha. Partimos da escola para conhecer todo o litoral e depois fazer um reconhecimento de todo o Centro da Cidade. E as crianças tinham dificuldade de saber o que era o Centro Histórico. O que era que havia nele. Por que havia esse Centro Histórico. Não só o Centro Histórico, mas a cidade como um todo!*

Quanto ao prof. Edvaldo<sup>32</sup>, referindo-se a importância/relevância do uso da cartilha para divulgar o patrimônio, assim se expressa:

*A princípio essa cartilha, ela foi mostrada em sala de aula, tá? Foi discutida em sala de aula e depois foi manuseada, é... Uma aula de campo, justamente para conhecer os próprios locais históricos dos quais a cartilha falava e isso foi feito com turma da 8<sup>a</sup> série, hoje o nono ano é... Do ensino fundamental.*<sup>33</sup> *Foi feito com um sucesso tão grande!*

<sup>30</sup> HORTA, Maria de Lourdes Parreira *et al.* *Guia Básico de Educação Patrimonial*. Brasília: IPHAN, Museu Imperial, 1996, p. 6.

<sup>31</sup> Entrevista de Marise Ritondale concedida a autora em 21/ 11/ 2006.

<sup>32</sup> Entrevista de Edvaldo Lira concedida a autora em 22 / 11/ 2006.

<sup>33</sup> A partir da alteração dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei 9.394, de 20/12/1996 de acordo com a Lei n. 11. 274/2006 foi determinada a ampliação do Ensino Fundamental para nove anos de duração. O acréscimo de um ano está sendo feito no início do ensino fundamental, cabendo aos sistemas educacionais efetivar essa ampliação até o ano de 2010.

*Que ao final da aula de campo, é... Como eu tinha poucas cartilhas porque o fundamental era para a escola privada, não pude levar mais cartilhas. Mas houve uma solicitação muito grande! E no que diz respeito à cartilha, ela foi de fundamental importância para os alunos da 8.ª série, eles tiveram uma idéia (eu não digo nem mínima, mas uma idéia já bem interessante, bem mais aprofundada do que é patrimônio histórico e do que é patrimônio histórico, principalmente de sua cidade, João Pessoa). Eles passaram a respeitar mais, e... os imóveis, as igrejas e tudo mais graças à cartilha.*

Com relação às demais sugestões de atividades e/ou estratégias para uma metodologia específica para a educação patrimonial o programa propunha explorar atividades não apenas na área de ensino de história, mas também, em relação às disciplinas, incluídas no denominado Núcleo Comum, instituído pela Lei 5.692/79, a saber: Português, Educação Artística, História e Estudos Sociais, que poderiam ser exploradas a partir dos conhecimentos técnicos de preservação/patrimônio, compactados sob a forma de glossário nas cartilhas dessas disciplinas. A narrativa do Prof. Edvaldo evidencia a maneira como este material foi trabalhado e explorado por disciplinas afins, considerando-se que a cartilha podia ser trabalhada na sala de aula dentro do contexto da transdisciplinaridade:

*Tranquilamente, essa é... É tanto que o professor de Geografia chamado também Marcos Larena, ele fez um comentário em cima disso. É... Tanto né? Que nessa parte que você abriu aí e, deu até sorte, isso aí que mostra o rio Sanhauá – é no momento em que ele trabalha junto comigo, quando a gente dá... Faz aula de campo – essa interdisciplinaridade – História e Geografia. Além do que, abre-se também a perspectiva para a disciplina de Biologia, ao se trabalhar o mangue, a questão do caranguejo – que está em extinção, essa coisa toda...*

No âmbito da educação patrimonial preocupada em colocar em contato indivíduos e grupos sociais com os instrumentos e a leitura crítica dos bens culturais e seus significados, segundo as diretrizes desenvolvidas pelo IPHAEP, os pontos básicos para obtenção de um processo contínuo são aqueles capazes de promover:

- Envolvimento da comunidade, numa participação responsável, criando uma parceria consciente e estimuladora da noção de cidadania;
- Capacidade dos agentes e sociedade para abrir diálogos com o Poder Público, no sentido de apontar perspectivas para a inclusão da Educação Patrimonial, como temática característica da *transdisciplinaridade*, nos currículos escolares do ensino fundamental e médio, como instrumento prioritário de *alfabetização cultural*;
- Desenvolvimento de uma política pública de interpretação do nosso acervo histórico-cultural, capaz de gerenciar e promover o patrimônio cultural paraibano como recurso educacional e turístico e de garantir sua *sustentabilidade*.

Ressaltou-se anteriormente que o IPHAEP, limitado pela dificuldade de recursos financeiros e materiais para uma tiragem de exemplares da cartilha, foi obrigado a selecionar, na área de abrangência da 1ª Regional de Ensino - João Pessoa, apenas as escolas públicas inseridas no próprio Centro Histórico, ou muito próximas. Tais escolas seriam os pólos para o desenvolvimento do Projeto, já que seus estudantes vivem e respiram aquela área da cidade sem ter, sequer, noção ou conhecimento do seu processo histórico desde o início da colonização. As demais escolas seriam contempladas a seguir, partindo-se daquelas situadas no Varadouro, no Roger, em Tambiá e no Centro do Município de João Pessoa. Por solicitação de algumas escolas particulares – como o Colégio GEO e o Mundo Infantil – mediante apresentação de expedientes ao IPHAEP, os técnicos apresentaram também a Cartilha do Patrimônio (2003) ao seu corpo docente e discente.

Nesses espaços escolares privados, destacam-se nos relatos da Profª Marise e do Profº Edvaldo<sup>34</sup>, alusões quanto às dificuldades enfrentadas da aplicação desse material. Ambos foram unânimes em afirmar que a maior dificuldade foi uma pequena quantidade de exemplares para trabalhar em sala de aula. Nesse aspecto, Edvaldo lembra:

*[...] a pouca verba para confecção de mais cartilhas para a gente trabalhar, isso aí e também uma liberdade (vamos dizer assim..) maior dos técnicos do IPHAEP, para que a gente pudesse é.. Fazer esse trabalho diretamente com reuniões e seminários e palestras.*

E a Profª Marise recorda que houve certa dificuldade:

*Essa cartilha, só foi assim, acrescentar mais entendeu? De uma forma lúdica e prazerosa. [...] Apenas, eu só tive uma dificuldade, porque eu só tinha um exemplar! E todas as crianças ficaram assim encantadas com esse material. Então, eu tive certa dificuldade em poder distribuir todo esse material, Mas, em contato com a direção da escola eu consegui depois alguns exemplares para distribuir com toda a classe!*

Porém, mais adiante, a Profª Marise chega a afirmar que o número reduzido de exemplares do material não foi empecilho à sua utilização:

*Não, não. Porque quando a gente quer, a gente realmente consegue. Oh! Eu parti de uma, tive todo o trabalho! Mostrei as crianças. Levei-as para aula-passeio né? Não quer dizer que uma não pudesse ser usada por todos! Porque inclusive, todos os alunos leram, fizeram rodízio. Mas elas queriam ter o dela. Não é? Então eu acho que não é empecilho, não!*

A experiência educacional proposta pela Cartilha visava destacar o passado como objeto de estudo da história, permitindo ao aluno uma aproximação com seu objeto de estudo – o Centro Histórico – o que lhe proporcionaria utilizar seus conhecimentos, suas vivências cotidianas, marcadas por seus interesses,

---

<sup>34</sup> Entrevistas de Marise Ritondale e Edvaldo Lira concedidas a autora da pesquisa em 21/ 22 de novembro de 2006.

sentimentos e preocupações, no meio ou grupo em que vive. Mesmo perpassando a idéia tradicionalista da História, em seu conteúdo, Thamara Duarte,<sup>35</sup> considera que:

*Isso não invalida a cartilha! De certa maneira a cartilha bem ou mal, a cartilha tem a vontade de despertar no aluno para que ele conheça a sua cidade! Então, a partir daí o professor pode usar exatamente isso! Para que o aluno passe por um imóvel e diga: Ah! Aquele imóvel tem um por que! Aquele imóvel foi preservado porque ele conta uma parte da minha história. Aquele bem é importante para a história dos meus antepassados, para a minha história futura! Porque eu acho que ninguém vive, (não é você viver do passado de uma maneira estática) Mas, ninguém vive o futuro se não olhar o passado! Paulinho da Viola tem uma frase que eu acho... “Eu não vivo do passado, o passado é que vive em mim”. Então, a gente não pode fugir disso!*

Ao proporcionar ao aluno uma familiarização com as realidades passada e presente, desenvolver seu raciocínio sobre situações concretas, refletir sobre a área do Centro Histórico Inicial de João Pessoa, levá-lo a perceber melhor sua própria realidade ao confrontá-la com realidades estranhas de outros tempos, a cartilha permitiria a assimilação dos sentidos e significados desse patrimônio. A construção dos sentidos de um lugar, como no caso do Centro Histórico, e a percepção de seus significados transmitidos pelas Cartilhas podem ser identificados nos relatos dos professores entrevistados, ao lembrarem a importância da valorização do meio ambiente da escola, assim relatado pelo Prof. Paulo Eugênio<sup>36</sup>

*[...] vocês deviam trabalhar com a realidade da escola [...] Vocês não podem falar de vamos, dizer assim, de uva para uma área que os meninos vivem. Vocês têm que partir de uma palavra, por exemplo, lama ou caranguejo, que é o que eles vivem aqui!*

A aplicação da metodologia da história oral, nessa pesquisa, permitiu o cruzamento das informações obtidas, mediadas pelo pesquisador/historiador, revelando que esse projeto de Educação Patrimonial estruturou-se em torno do objeto portador de sentidos para a cultura de uma comunidade, dos saberes que contribuem para a construção do conhecimento desse objeto, das temporalidades em que esse objeto e suas relações podem ser abordados e, finalmente, do território onde a pesquisa se efetivou - o *Centro Histórico da Cidade de João Pessoa*. Recentemente, esta área foi reconhecida como patrimônio nacional, mediante esforços e iniciativas assumidas e defendidas em conjunto pelos gestores do patrimônio local. Convém aqui lembrar, segundo Barros<sup>37</sup> que no território da história oral existem espaços contornados por silêncios e esquecimentos revelando segredos que o próprio autor do texto não pretendia revelar, mas que escapam, finalmente, através

<sup>35</sup> Entrevista de Thamara Duarte concedida a autora da pesquisa em 30 de novembro de 2006.

<sup>36</sup> Entrevista de Paulo Eugênio concedida a autora da pesquisa em 11/12/2006.

<sup>37</sup> BARROS, José D'Assunção. *O Campo da História: especialidades e abordagens*. Petrópolis: Vozes, 2004.

## **Quadro de distribuição dos roteiros das entrevistas**

ROTEIRO I	DEPOENTES/DATAS DAS ENTREVISTAS
<p>Pessoas do quadro do IPHAEP</p> <p>. Participação no processo de elaboração/produção das cartilhas ou em atividade correlata.</p> <p>1. Você chegou a participar do processo de elaboração das cartilhas? Ou mesmo em atividades correlatas? Poderia descrever sua participação nesse processo?</p> <p>2. Você poderia descrevê-lo (as)?</p> <p>3. Você sabe informar a respeito da utilidade desse material? Ele chegou a ser substituído?</p>	<p>EDVALDO LIRA - Técnico do IPHAEP, pesquisador. Integrante d o Setor de Pesquisas, subordinado à Coordenadoria de Assuntos Históricos, Artísticos e Culturais. Dia 22 de novembro de 2006.</p> <p>MARIA PIEDADE FARIAS - Restauradora de Bens Imóveis, Móveis e Integrados. Instrutora junto à Oficina Escola de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa. Dia 28 de novembro de 2006.</p> <p>JUSSARA BIOCA - Coordenadora do Setor de Arquitetura e Ecologia do IPHAEP. Profa. Curso de Arquitetura e Urbanismo do UNIPÊ e Conselheira do CONPEC/IPHAEP. Dia 24 de novembro de 2006.</p> <p>CARLOS AZEVEDO - Diretor de Sítios Históricos e Ecológicos do IPHAEP, ainda atuante no órgão e membro integrante do GEPAHI. Dia 29 de novembro de 2006.</p> <p>THAMARA DUARTE - Assessora de Comunicação, à disposição do IPHAEP. Dia 30 de novembro de 2006.</p>
ROTEIRO II	DEPOENTES/DATAS DAS ENTREVISTAS
<p>Professores, coordenadores ou diretores de escolas que foram alvo da Cartilha.</p> <p>. Utilização da Cartilha como suporte educativo</p> <p>1. Mostrando a Cartilha ao professor, perguntar: Você se lembra desse material? Chegou a trabalhar com ele? Se sim. Por quê? Se não. Por quê?</p> <p>2. Você sabe informar a respeito da utilidade desse material? Ele chegou a ser substituído?</p> <p>3. Quais as dificuldades e entraves para sua aplicação como suporte educativo?</p>	<p>EDVALDO LIRA - Professor de História no Colégio GEO- Ensino Fundamental e Médio, em João Pessoa, na rede particular de Ensino. Dia 22 de novembro de 2006.</p> <p>MARISE RITONDALE - Professora Polivalente do Colégio Primeiro Mundo, em João Pessoa, com décadas de atuação, na mesma escola. Dia 21 de novembro de 2006.</p> <p>PAULO EUGÊNIO - Professor e ex-Supervisor da Escola de Ensino Fundamental – Padre João Félix, pertencente à rede estadual de ensino, em João Pessoa com exercício no Ensino Supletivo, no setor de alunos em tráfego. Dia 12 de dezembro de 2006.</p>



a linguagem, dos modos de expressão, da súbita iluminação que se espalha sobre o texto quando o confrontamos com outro, na prática da *'intertextualidade'*.

### RESUMO

O artigo remete à recente pesquisa defendida pela autora junto ao PPGH/UFPB e discorre sobre a importância da utilização da metodologia da história oral na construção da história e das memórias acerca de uma experiência de educação patrimonial, propiciando ao pesquisador lidar com a abordagem da temática. Usando depoimentos colhidos com entrevistas, como fontes orais – *documentos vivos*, através da mediação entre pesquisador e demais sujeitos envolvidos nesse processo e a prática da *intertextualidade*, as fontes escritas são analisadas, interpretadas e comparadas às fontes orais, possibilitando obter-se a narrativa histórica dessa experiência.

**Palavras-chave:** História oral; Patrimônio cultural; Educação patrimonial.

### ABSTRACT

The article sends the recent one searches of defended by the author next to the PPGH/UFPB and discourses on the importance of the use of the methodology of verbal history in the construction of history and memories about an experience of heritage education, propitiating to the searching boarding of the thematic one. Using depositions harvested with interviews, as verbal sources – *documents livings creature* through the mediation between involved researcher and too much citizens in this process and the practical one of the *intertextualidade*, the written sources are analyzed interpreted and compared with the verbal sources, making possible to get it historical narrative of this experience.

**Keywords:** Verbal history; Cultural patrimony, Heritage education.

Artigo recebido em dezembro de 2007. Aprovado em março de 2008.